

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda busca receita para déficit zero em 2025.....3

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Previdência de militares é propícia a mudanças na próxima reforma (Editorial)..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Imposto seletivo está na contramão".....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

BYD define América Latina como prioridade - MERCADO S/A..... 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Almoço grátis na reforma tributária (Artigo).....11

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro e a política como pirraça (Editorial).....13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator quer reforçar punições a devedor contumaz.....14

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado imobiliário vê aumento de imposto em texto aprovado na Câmara..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Trava para alíquota pode ser ajustada no Senado, diz Lopes..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para FMI, país já cresce mais, mas fiscal é ponto negativo (Editorial).....20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Incertezas sobre juros ameaçam queda do "spread" bancário..... 22

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso entra de folga com reforma tributária e disputa pelas sucessões de Lira e Pacheco no horizonte..... 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo e senado buscam acordo sobre desoneração..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Pacheco sugere volta de "ministros-senadores".....29

Fazenda busca receita para déficit zero em 2025



Vilma Pinto: "Quando há muitas operações não recorrentes para cumprir a meta fiscal, é retirado o caráter estrutural de recuperação fiscal"

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant"Ana De Brasília

Em busca de uma proposta orçamentária com meta de resultado primário de déficit zero para 2025, a Fazenda prepara novas medidas para elevar a arrecadação em cerca de R\$ 20 bilhões.

Somados aos R\$ 25,9 bilhões a serem obtidos com o "pente-fino" em benefícios sociais e aos R\$ 17 bilhões que virão com a solução do impasse em torno da desoneração sobre a folha de setores intensivos em mão de obra, serão um reforço de R\$ 62,9 bilhões, suficientes para fechar uma proposta orçamentária equilibrada, segundo avaliam os técnicos.

Ainda assim, trata-se de um quadro "duro" para os ministérios, disse uma fonte. Não será possível aumentar os recursos nos montantes pedidos pelas diversas pastas da Esplanada dos Ministérios. O Valor apurou que, entre as medidas de reforço na arrecadação, está a cobrança de incentivos fiscais utilizados indevidamente por empresas para reduzir o recolhimento de **tributos**. A **Receita Federal** já detectou um potencial de recolhimentos de R\$ 10 bilhões, mas a cifra pode ser bem maior, disse uma fonte a par dos trabalhos.

Essa fiscalização só se tornou possível graças a um dispositivo incluído na Medida Provisória do PIS/Cofms, esse não devolvido pelo Congresso, pelo qual as empresas devem informar quais benefícios fiscais estão utilizando para abater **impostos**.

Antes da MP, o governo brasileiro não tinha controle sobre boa parte desses incentivos, pois muitos deles são de autofruição: as empresas que se julgam enquadradas simplesmente os utilizam. Não havia

avaliação sobre os critérios utilizados. O Executivo vinha sendo cobrado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito - a corte fez um amplo detalhamento das renúncias fiscais na análise das contas de governo de 2023.

Agora, com base no cadastramento dos benefícios fiscais utilizados, a Receita está fazendo um cruzamento para verificar se os contribuintes estão de fato cumprindo os requisitos para usufruir deles. Um filtro é se a empresa possui Certidão Negativa de Débitos (CND).

Um exemplo de como os incentivos são utilizados de forma duvidosa é o Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse). Nesse caso, a lei que criou o incentivo determina que as empresas informem à Receita que o estão utilizando. Uma fiscalização da Receita encontrou postos de gasolina e loja de material de construção utilizando os benefícios do programa.

O cadastramento dos benefícios fiscais já era um dos pontos do projeto de lei que cria o programa de conformidade da **Receita Federal** e estabelece o que são devedores contumazes.

Até agora, os integrantes do governo vinham tratando o cadastramento de benefícios fiscais como uma medida não arrecadatória. O mais recente Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP), publicado em maio, não traz estimativa de arrecadação referente a essa medida.

O cadastramento de benefícios procura eliminar gastos indevidos do governo. É a mesma linha de ação que será usada no corte de R\$ 25,9 bilhões em programas sociais, ou seja, interromper pagamentos a quem não deveria estar recebendo.

A área econômica negocia com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) uma "carona", no projeto de lei que trata das compensações à desoneração da folha, para mudanças legais necessárias ao "pente fino".

Segundo apurou o Valor, está tudo certo para o **INSS** começar o pente-fino dos benefícios previdenciários temporários, como auxílio-doença, a partir de agosto. Porém, haveria uma resistência do Ministério do

Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos carentes e pessoas com deficiência. O BPC é operacionalizado pelo **INSS**, mas a política é do MDS.

Por isso, seriam feitos ajustes na Lei do Cadastro Único (CadÚnico) para garantir a revisão do benefício, em atendimento também a uma demanda do TCU. O governo também deve aproveitar para fechar brechas na legislação do cadastro de benefícios previdenciários e assistenciais para evitar fraudes e judicialização. Todas as mudanças precisarão ser validadas pelo Congresso Nacional, por isso uma opção na mesa é enviar uma medida provisória (MP), o que já permitiria dar início aos trabalhos.

É possível, segundo técnicos, que as revisões de cadastros tragam economias maiores do que os R\$ 25,9 bilhões. Essa é uma cifra inicial informada pelos ministérios. Porém, o universo de benefícios pagos a quem não tem direito é estimado em R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões.

Assim, na atual estratégia traçada pela equipe econômica, a meta fiscal de 2025 será alcançada sem medidas mais duras e politicamente mais difíceis de aprovar, como a mudança de critérios para o crescimento dos pisos de gastos com saúde e educação ou alguma alteração em relação aos benefícios atrelados ao salário mínimo. Essas propostas, porém, seguem em estudo, pois serão necessárias para elaborar o orçamento de 2026.

No plano mais imediato, o governo deve anunciar no dia 22 um corte nas despesas programadas para este ano, com o objetivo de cumprir a meta de déficit zero. A cifra mais ouvida nos bastidores é R\$ 10 bilhões, mas os números estarão em revisão até o anúncio.

Uma parcela desse corte será um bloqueio, feito quando as despesas tendem a superar o limite máximo estabelecido pelo arcabouço. Haverá também um contingenciamento, que ocorre quando as projeções de resultado primário indicam descumprimento da meta.

Para a advogada tributarista Lina Santin, coordenadora do NEF/FGV, o governo acerta ao colocar luz nos benefícios fiscais, "podendo avaliar com maior acuidade se a renúncia tem respaldo legal e interesse público para sua manutenção". "O sigilo sobre benefícios fiscais contribui para a assimetria de informação e propicia ofuscação fiscal e deve ser afastado. É necessário que haja total controle público do valor da renúncia e do ônus tributário do benefício utilizado", defendeu.

A diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) Vilma Pinto, por sua vez, destaca que, mesmo caso o governo consiga fechar o Orçamento com medidas pontuais, isso não significa que há sustentabilidade nas contas públicas. "Quando há muitas operações não recorrentes para cumprir a meta fiscal, é retirado o caráter estrutural de recuperação fiscal", avaliou.

"Sigilo sobre benefícios fiscais contribui para a assimetria de informação"

Lina Santin

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187928?page=1§ion=1>

Previdência de militares é propícia a mudanças na próxima reforma (Editorial)

Sistemas previdenciários são reféns da demografia. O envelhecimento da população, conjugado à propensão das famílias a ter menos filhos, torna inevitáveis medidas impopulares, mas necessárias, como aumento de tempo e alíquotas de contribuição. Na última reforma da Previdência, em 2019, os militares obtiveram uma situação privilegiada em comparação aos demais assalariados, mesmo aos demais funcionários públicos. Isso faz do sistema previdenciário destinado à caserna um campo natural de estudo para a próxima e inevitável reforma.

As despesas com o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas chegaram a R\$ 58,8 bilhões no ano passado, crescimento de 85% em dez anos - taxa elevada, mesmo considerando o efeito da **inflação**. Os **servidores públicos** civis receberam R\$ 94 bilhões, com aumento de 46% no mesmo período. O déficit da Previdência militar, considerando as pensões, foi no ano passado de R\$ 49,7 bilhões, aumento de 67,8% em dez anos. O dos servidores civis chegou a R\$ 54,8 bilhões, crescimento de 47% na mesma década.

Na Previdência do setor público como um todo, a maior contribuição proporcional para o déficit é dada pelo sistema da caserna. Embora o número de aposentados e pensionistas civis beneficiários (707.902) ultrapasse em 73% o de militares (407.386), o déficit previdenciário do funcionalismo civil é apenas 10% superior ao do militar.

Pela projeção dos técnicos do governo, a Previdência dos militares já tem um gasto contratado para as próximas décadas de R\$ 856 bilhões, ante R\$ 1,4 trilhão para os civis. Embora essa despesa contratada com militares corresponda a 60% da prevista para civis, o total de contribuintes militares (769.974) - ativos e inativos - é apenas pouco mais da metade dos civis (1.465.861).

Os militares foram especialmente beneficiados no governo passado. Os R\$ 150 mil que gerais recebiam ao passar para a reserva, sob o argumento de não ter Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como os funcionários de empresas privadas, dobraram para R\$ 300 mil. Esse gasto precisa ser bancado pelo Tesouro Nacional, pois não é coberto pelo recolhimento dos militares para financiar seus pensionistas. Com base no entendimento de que os

militares na reserva podem ser convocados em caso de guerra, o benefício nem é considerado previdenciário. Mera questão de nomenclatura, pois quem paga tudo é o Tesouro. Não vai demorar para o país precisar fazer nova reforma na Previdência. Equilibrar as regras de aposentadoria entre militares e servidores civis estará na agenda.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Imposto seletivo está na contramão"



Entre os países fabricantes de automóveis, a tarifa de importação mais baixa é a do Brasil. Os Estados Unidos tributam em 100%; a União Europeia, 48%. A própria China está pedindo elevação para 25%. Canadá, mais de 100%. E o Brasil tributa a 18% — agora. Até o ano passado, era zero"

» ROSANA HESSEL

» Entrevista | Márcio de Lima Leite | PRESIDENTE DA ANFAVEA

A regulamentação da **reforma tributária**, que passou na Câmara dos Deputados e começará a ser debatida no Senado Federal a partir de agosto, está na "contramão" da estratégia do governo para alavancar os investimentos da indústria automobilística e de reindustrialização do país, de acordo com o presidente da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Márcio de Lima Leite.

O executivo ressalta que o imposto seletivo para veículos vai na contramão da proposta da reforma e do princípio da inovação da frota prevista no Programa de Mobilidade Verde e Inovação (Mover), voltado para estimular a reindustrialização do país e a transição energética. "O imposto seletivo é o imposto do pecado, aquele que você quer afastar de consumo no mundo inteiro - como sobre o álcool ou o tabaco -, por conta do custo para a saúde para o Estado.

E o automóvel é o contrário.

O que a gente quer é estimular o automóvel novo para você substituir a frota antiga", afirma o executivo, em entrevista ao Correio.

Na avaliação de Leite, o brasileiro corre o risco de pagar mais caro pelo carro novo com a inclusão do produto no imposto seletivo sobre a venda de automóveis, vans, caminhonetes, picapes, veículos urbanos de carga (VUC) e de caminhões de até cinco

toneladas.

"O imposto seletivo está na contramão", alerta Leite. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista: Como vocês estão vendo a regulamentação da **reforma tributária**?

Primeiro, a **reforma tributária** começa com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Esse já está bem adiantado, bem pacificado, que é o que a gente chama de imposto no consumo. Mas, quando se fala na questão do imposto seletivo, houve uma mudança na regulamentação proposta pelo governo: a inclusão dos automóveis.

O imposto seletivo é o imposto do pecado, aquele que você quer afastar de consumo no mundo inteiro - como sobre o álcool, ou sobre o tabaco -, por conta do custo para a saúde para o Estado.

E o automóvel é o contrário.

O que a gente quer é estimular o automóvel novo para substituir a frota antiga. A frota antiga é responsável pela grande emissão e pela questão de segurança. Então, todo o esforço é ter no país uma frota nova e, com isso, descarbonizar o planeta. Mas o imposto seletivo está na contramão.

O imposto do pecado pode atrapalhar a transição energética?

Pode atrapalhar na medida em que o carro fica mais caro, porque quando você tem um imposto seletivo, você está aumentando para mais. E esse imposto a mais é para evitar o consumo. Se não tem consumo, não tem produção; e sem produção, não tem investimento, nem renovação da frota. O imposto seletivo é na contramão em função disso. No projeto original da **reforma tributária**, não tinha isso. Depois, já entrou na própria proposta do governo, de regulamentação, e, agora, na Câmara.

Com a proposta já aprovada pelos deputados, qual será a estratégia quando ela for avaliada no Senado?

A ideia é continuar conversando com os parlamentares para tentar retirar essa taxaço da proposta.

E como está o Projeto Mover, que é um estímulo para as montadoras investirem na renovação tecnológica e na transição energética?

O programa Mover é referência no mundo. Vai proporcionar um investimento de R\$ 130 bilhões em novas tecnologias, priorizando os biocombustíveis e os carros eletrificados. Todas essas novas tecnologias serão incorporadas ao programa Mover.

Nós acreditamos muito nessa visão otimista para o Brasil e para a indústria. Só o setor automobilístico vai ter que investir R\$ 60 bilhões, no mínimo, em pesquisa e desenvolvimento pelos próximos sete anos para estar dentro do programa Mover.

Esse volume é algo bastante relevante.

Como será o descarte dos componentes e metais raros utilizados nos carros elétricos?

Um dos pilares do programa Mover, e isso diferencia o Brasil de outros países do mundo, é a reciclagem. Isso é muito bom porque cria compromisso não apenas com a produção, mas também com o descarte adequado e a reutilização dos materiais.

Por isso, eu digo que o Mover é um programa muito completo: atinge emissões, reciclagem, adensamento da cadeia produtiva, fornecedores e pesquisa e desenvolvimento, além de coletividade.

É um programa que dá previsibilidade para a indústria sobre os diversos aspectos.

Conforme dados da Anfavea, de janeiro a junho deste ano, houve aumento de 14,6% no licenciamento de veículos, mas a produção avançou apenas 0,5% no mesmo período. O que está acontecendo?

Esse é o grande problema. O aumento nas vendas internas foi por conta dos importados elétricos.

Esses produtos chegam ao Brasil com subsídios dos países de origem e com uma alíquota do imposto de importação no país que é a mais baixa do mundo para veículos elétricos.

Pode fazer um comparativo?

Entre os países fabricantes de automóveis, a tarifa de importação mais baixa é a do Brasil. Os Estados Unidos tributam em 100%; a União Europeia, 48%. A própria China está pedindo elevação para 25%. Canadá, mais de 100%. E o Brasil tributa a 18% - agora. Até o ano passado, era zero. Chegará a 35% daqui a um ano e meio. Estamos pedindo que chegue imediatamente, porque, até 2015, esse imposto de importação era de 35% e depois caiu para zero.

Alguma previsão de quanto seria essa alíquota do

imposto seletivo para veículos?

O imposto do pecado para veículos ainda não tem alíquota.

O Congresso ainda está definindo a lista de quem está dentro e quem está fora. O imposto do pecado está tudo no mesmo balaio, o que é contraditório.

Uma pergunta que deve ser recorrente: por que o carro no Brasil é tão mais caro do que lá fora, e o brasileiro é piada nos Estados Unidos por pagar até o triplo do preço do mesmo veículo?

Na verdade, não. Essa questão do triplo (do preço) não existe mais. O que nós temos, em algumas situações, é que o custo tributário é muito elevado, e o custo da burocracia também. Nos Estados Unidos, você vende um veículo e paga 12% de imposto, e, em algumas situações, um pouquinho mais. No Brasil, com o custo de resíduo tributário, de produção e de tudo mais, a tributação sobe para 40% a 50%, dependendo do modelo de cilindrada e tudo mais. Para ter a produção no Brasil, uma empresa gasta 1,2% do faturamento com a burocracia tributária.

E, nos Estados Unidos, na Europa, o gasto é menos de 0,2%.

Isso é nove vezes mais que todos os países industrializados. É um custo muito grande para as empresas.

Portanto, temos o custo Brasil que, de uma forma geral, é bastante elevado.

Há estimativa sobre o ganho nesse custo com a **reforma tributária**?

Nós vamos ter mais segurança e mais simplificação para o futuro.

Mas como há um período de transição, isso vai ser daqui a cinco, seis anos. Durante esse período de transição, acaba tendo ainda um custo, porque vamos ter que conviver com dois sistemas, o antigo e o novo, até 2032. Mas não é ruim. Nós achamos isso bom, mesmo que seja mais burocrático.

Fazer uma transição com segurança é melhor. Estamos apostando numa simplificação após o período de transição.

Isso pode ajudar a baratear o carro para o consumidor final?

Ainda é muito recente para falar isso, mas a reforma vai colocar o Brasil com mais competitividade, sim.

Atualmente, o Brasil não consegue exportar veículos, apesar de haver um monte de montadora instalada no país.

As exportações caíram 30% neste ano, comparado com o ano passado. E essa queda se dá justamente pelo custo Brasil, pelo custo da burocracia, pelo custo dos **tributos** que estão embutidos de forma invisível no preço.

Qual é o principal problema para o Brasil exportar?

Nós temos problemas com a burocracia e com os acordos comerciais.

Por exemplo, na Colômbia, um produto chinês chega com alíquota zero. O Brasil tem que ter cotas para exportar para a Colômbia. O México tem mais de 40 acordos comerciais. O Brasil tem menos de 10. Então, no Brasil, no comércio internacional, a gente avançou muito pouco com os acordos. E tem a questão da harmonização regulatória. Quando um carro chinês chega nesses países, ele não precisa de harmonização regulatória, porque não se aplica a carro elétrico. O Brasil, para o fabricante exportar, ele tem toda uma mudança de regras.

Nós temos que homologar nossos produtos nos mercados de destino.

Isso é custo e tempo.

Como estão as projeções da Anfavea para este ano, diante desse primeiro semestre de desempenho?

O número de unidades vendidas no mercado vai crescer 11% este ano. Mas nossa produção, infelizmente, ainda não vai conseguir ter um crescimento importante.

Então, é um crescimento de mercado.

E a produção?

Vai ficar andando de lado. Deve crescer no máximo 5%. Se crescer, é para 2,5 milhões de veículos, mais ou menos. Mas já chegamos a 3,7 milhões no passado.

Como o setor vê a transição energética? O futuro é carro elétrico ou o carro híbrido?

Nós vamos ter todas as tecnologias.

Teremos tanto o carro elétrico quanto o híbrido, e os biocombustíveis vão ser uma realidade muito grande, pelas características do Brasil. O biocombustível

entrega a mesma coisa em termos de descarbonização e custa muito mais barato. E nós temos uma logística muito boa para biocombustível, coisa que outros países não têm.

Existe uma discussão sobre o futuro do biocombustível. O Brasil tem muita produção do álcool da cana, e os Estados Unidos, do milho. Como o senhor vê essa tendência?

A cana-de-açúcar ainda vai continuar sendo responsável pela grande produção de biocombustíveis.

No Brasil, é algo consolidado. Outros também surgem, como o milho, e são importantes.

Mas sem dúvida, a cana-de-açúcar é o grande diferencial do Brasil.

"entre os países fabricantes de automóveis, a tarifa de importação mais baixa é a do Brasil. os estados Unidos tributam em 100%; a União europeia, 48%. a própria China está pedindo elevação para 25%. Canadá, mais de 100%. e o Brasil tributa a 18% - agora. até o ano passado, era zero"

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6181/14-07-2024.html?all=1>

BYD define América Latina como prioridade - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A montadora chinesa BYD elegeu a América Latina como um de seus focos de investimentos. Até o final de 2024, a empresa deverá inaugurar uma planta industrial em Camaçari, na Bahia, mas isso é apenas parte dos planos ambiciosos para a região. A companhia também anunciou a construção de fábricas no México e, recentemente, revelou o interesse em começar a produzir no Peru. Poucas indústrias automotivas crescem tanto no mundo e nenhuma tem se dedicado tanto a aproveitar as oportunidades do mercado de veículos elétricos. Não à toa, a gigante chinesa tem mantido disputa acirrada com a americana Tesla pela liderança global na produção de carros movidos à eletricidade.

O apetite dos chineses, obviamente, não tem passado despercebido pelos governos. Brasil, Estados Unidos e Europa impuseram novas alíquotas tributárias para a importação de elétricos da China. Ainda assim, os automóveis do país asiático costumam ter preços mais baixos que os praticados pelos rivais.

Haddad culpa redes sociais por má avaliação do governo O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encontrou um culpado pela má avaliação do governo: as redes sociais. "Nós temos uma oposição hoje que atua para minar a credibilidade das instituições, dos dados oficiais do Estado brasileiro, e que faz isso diuturnamente nas redes sociais", disse, em evento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. O ministro citou os dados positivos do emprego e o avanço inesperado do varejo como fatores que deveriam aumentar o otimismo com os rumos do país.

Metade dos brasileiros pretende viajar nos próximos meses O desejo de viajar a passeio nunca esteve tão presente entre os brasileiros. De acordo com pesquisa feita pela empresa de monitoramento de consumo Hibou, 53% deles planejam desbravar novos ares nos próximos 12 meses. Há, contudo, uma barreira entre desejo e realidade: 63% dos 1,3 mil entrevistados afirmaram que a situação financeira é uma barreira para a realização do sonho. Para 33% dos consultados no levantamento, o custo das passagens aéreas representa um grande impedimento.

251 MILHÕES é o número de pessoas que ingressam no X, ex-Twitter, todos os dias no mundo. O número

permanece o mesmo desde que Elon Musk comprou a plataforma, em outubro de 2022. Ele havia prometido dobrar o total de usuários da rede social

"A **reforma tributária** é uma luz de esperança para o Brasil" Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

RAPIDINHAS

A empresa argentina Pan Americana Energy inaugurou, na Bahia, o seu maior complexo eólico. Chamado Novo Horizonte, ele ocupa uma área de 2,7 mil hectares em seis municípios.

Segundo a companhia, os 10 parques são capazes de abastecer um milhão de casas.

O projeto consumiu R\$ 3 bilhões em investimentos.

A suíça Nestlé, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, vai plantar e assegurar o cultivo de 6 milhões de árvores no Cerrado e na Mata Atlântica. O objetivo é restaurar, com exemplares nativos, 4 mil hectares em Minas Gerais. No mundo, o programa de reflorestamento da empresa ambiciona plantar 200 milhões de árvores até 2030.

A manutenção da Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira, em níveis elevados afasta brasileiros da renda variável, enquanto outros investimentos atraem mais recursos. Em junho, a tradicional poupança captou cerca de R\$ 13 bilhões, considerando a diferença entre a entrada e a saída de valores.

Um gim produzido pela empresa paulista BEG Gin foi eleito o melhor do mundo pela International Wine Spirits Competition (IWSC), uma das principais entidades do mundo que avalia a qualidade de destilados. Um de seus rótulos, o New World Navy, recebeu 98 pontos numa escala que vai até 100. A BEG Gin já recebeu 35 premiações internacionais.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
BYD define América Latina como prioridade

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/61>

81/14-07-2024.html?all=1

Almoço grátis na reforma tributária (Artigo)

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER - Empresário

Há muitos anos se fala de Custo Brasil, dos elevados custos para fazer negócios no país, da falta de competitividade da nossa economia, especialmente para a indústria, que produz os chamados "tradables" ou comercializáveis, produtos que devem disputar o mercado internacional via exportações, e que por outro lado sofrem a concorrência no mercado interno, via importações. Consequência é a prematura e muito acentuada perda de participação da indústria de transformação no **PIB** do país, ao contrário da China, México, Índia, países do Sudeste Asiático, e até desenvolvidos como a Alemanha, que mantém participação forte da indústria, em alguns casos até crescente, aproveitando os processos em curso de redefinição das cadeias de valor, em função de vulnerabilidades expostas pela pandemia e de conflitos geopolíticos.

Infelizmente, estamos participando apenas marginalmente dos processos de "nearshoring" e "friendshoring", ao contrário das nações que mais diretamente disputam mercado conosco, justamente por falta de competitividade. Estamos perdendo uma oportunidade de recuperar produtividade e dinamismo na economia, que decorrem de melhores empregos gerados pela indústria de transformação, dos seus importantes investimentos em pesquisa e tecnologia, e do aumento do valor agregado à produção nacional por esse setor.

Sem dúvida há que se reconhecer a importância de alguns avanços ocorridos nos últimos anos, com a realização de reformas micro e macroeconômicas, em direção à agenda da competitividade. O problema é que o Custo Brasil tem sido tão mais alto do que o dos nossos concorrentes - dívida pública e carga tributária em proporção do **PIB**, por exemplo, mais altos entre os países em desenvolvimento - que muitas lições de casa ainda precisam ser feitas. Principalmente a redução do peso do Estado sobre a sociedade, e, em especial, sobre o setor produtivo, por meio, de um lado, de uma reforma administrativa que, apoiada pelo desengessamento do orçamento público, permita diminuir o gasto e conseqüentemente a carga tributária, via maior eficiência dos dispêndios públicos. E de outro lado, da **reforma tributária**, que após anos de discussões, tramita em fase de regulamentação no Congresso Nacional, em uma primeira etapa que é a simplificação da caótica estrutura dos **impostos** sobre

o consumo. A proposta apresentada pelo Executivo, em 2023, trouxe importantes avanços conceituais como o fim da cumulatividade, a partir da ideia de imposto sobre valor agregado (IVA), englobando vários **tributos**, mas sem redução de carga tributária, dado que este governo declaradamente pretende aumentar e não reduzir o gasto público. Esse viés fica evidente com o foco total do Ministério da Fazenda na busca de mais receitas. Transformou-se, de fato, no Ministério da Arrecadação.

O imposto sobre valor agregado proposto, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de responsabilidade de estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços, a cargo da União, previa inicialmente uma alíquota conjunta de 21%, próxima à média de outros países que adotam o conceito de IVA. Essa alíquota, no entanto, previa um número bem limitado de regimes especiais, a partir de especificidades setoriais e interesse social. Necessário destacar, contudo, que os sistemas tributários com base no valor agregado mais modernos e eficazes praticamente não trazem regimes privilegiados, o que permite colher os benefícios da simplificação e da alavancagem da economia na sua integralidade.

Na tramitação da reforma no Congresso Nacional no 2º semestre do ano passado, os parlamentares cederam a grupos de pressão, aos lobbies mais poderosos, aos setores e regiões que sempre buscam privilégios, em tal medida que a alíquota do IBS/CBS prevista já saltou para 26% ou 27%.

Mas além das ineficiências e privilégios já introduzidos no texto-base da reforma, a regulamentação, em tramitação no Congresso, pode potencializar as distorções. Agora é necessário detalhar as delimitações e a operacionalização dos regimes especiais que beneficiaram os diversos setores com reduções de alíquotas de 30%, 60% e até 100%, e evitar que novas atividades procurem se enquadrar nessas "exceções", na definição da legislação complementar. Infelizmente, mais uma vez a sociedade brasileira se contenta com meias soluções. Devemos passar na prova, mas com nota pouco acima de cinco.

Querer pagar menos **impostos** é um direito legítimo, porque no Brasil, à exceção de setores e regiões que têm regimes privilegiados, todos pagamos demais. Mas o principal caminho para isso é por meio do aumento da eficiência do gasto público, é o Estado fazer mais com menos, e assim precisar de menos

tributos para cumprir o seu papel. E a sociedade deve pressionar as autoridades para a construção desse Brasil eficiente, em que o poder público realmente esteja a serviço do público, e não de si mesmo. Mas enquanto não avançarmos o suficiente nessa direção, não é legítimo que alguns queiram pagar menos, com a conta sendo transferida aos demais.

Site: <https://digital.em.com.br>

Bolsonaro e a política como pirraça (Editorial)

O Partido Liberal (PL) é de longe o maior partido do Brasil. Tem 93 deputados na Câmara, bancada que supera com folga, por exemplo, os 80 da federação liderada pelo PT, partido do presidente Lula da Silva. É, portanto, um partido com força suficiente para, se quisesse, influenciar decisivamente os rumos do País. O problema é que o PL está entregue aos desígnios do ex-presidente Jair Bolsonaro, o que já foi afirmado com todas as letras pelo dono da agremiação, Valdemar Costa Neto. Como Jair Bolsonaro não tem nem nunca teve o menor interesse pelo destino do Brasil, e sim apenas por suas pendengas pessoais, o PL se tornou uma espécie de vanguarda da irresponsabilidade bolsonarista, como ficou mais uma vez provado durante a recente votação da regulamentação da **reforma tributária**.

Consta que Bolsonaro havia orientado a bancada de seu partido, o PL, a votar contra a proposta de incluir proteína animal na cesta básica para isentá-la de imposto.

A lógica, segundo soube, é que a inclusão beneficiaria a JBS, empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista, o que seria considerado inaceitável por Bolsonaro, já que os irmãos são "amigos de Lula".

Ou seja, em nenhum momento o grande líder do maior partido do Brasil levou em consideração as eventuais consequências, para o País, da isenção de **impostos** sobre a proteína animal. Sua única preocupação era impedir que a reforma beneficiasse os "amigos de Lula".

Nenhuma surpresa, pois já se sabe há décadas que Bolsonaro nada entende de política, mas é especialista em pirraça, sobretudo em relação ao PT e a Lula. Em julho do ano passado, quando o PL discutia como se posicionar sobre a **reforma tributária**, Bolsonaro pressionou a bancada a votar contra, e ficou furioso quando o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, argumentou, corretamente, que a **reforma tributária** é uma pauta naturalmente defendida pela direita. Bolsonaro o atalhou e ditou: "Pessoal, se o PL estiver unido, não aprova nada".

Para Bolsonaro, a coisa toda é muito simples: nada do que venha do PT ou de Lula, seja o que for, deve ter apoio do PL. Não se discutem os méritos das propostas.

A rejeição é liminar. Em outubro do ano passado, o ex-presidente reafirmou sua oposição ao projeto de **reforma tributária** porque, segundo ele, "tudo o que vem do PT você tem que desconfiar", porque "só tem incompetente e bandido" no partido de Lula. "Pode esperar o que dessa turma? Se não conseguiu entender: é do PT, vote "não"; PT encaminha "não", vote "sim". A chance de você errar é zero." Nesse caso, pouco importa que o projeto da **reforma tributária** não "veio do PT" (recorde-se: a Proposta de Emenda Constitucional foi apresentada em 2019 pelo deputado Baleia Rossi, do MDB, e foi relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro, do PP, e pelo senador Eduardo Braga, do MDB). O que interessa, no discurso bolsonarista, é que a proposta teve apoio do governo e isso, por si só, bastaria para desmoralizá-la. Obviamente, nada disso tem a ver com política.

A reconstrução do episódio envolvendo Bolsonaro na quarta-feira passada é didática a esse respeito. O PL avaliava apresentar destaque para isentar de **impostos** a proteína animal, conforme demanda da bancada ruralista. O presidente da Câmara, Arthur Lira, que era contrário à inclusão da isenção, foi ao encontro de Bolsonaro para pedir que trabalhasse contra o destaque. O ex-presidente concordou em fazê-lo, porque a desoneração ajudaria a empresa dos "amigos de Lula". Mas então um grupo de deputados do PL foi a Bolsonaro para lhe dizer que, se o objetivo era atrapalhar os "amigos de Lula", então o certo seria apoiar a desoneração, porque o imposto sobre as carnes prejudicaria muito mais os concorrentes menores da JBS. Bolsonaro então se convenceu a apoiar a desoneração e o destaque foi apresentado pelo PL no início da noite.

Em nenhum momento das conversas, portanto, Bolsonaro se preocupou com os efeitos abrangentes e de longo prazo da desoneração da proteína animal.

E esses efeitos serão duros: a manobra fará com que o novo IVA seja um dos mais altos do mundo. Essa estripulia recairá sobre todos os brasileiros, principalmente os mais pobres, enquanto os irmãos Batista, com a inimizade de Bolsonaro ou a amizade de Lula, seguirão fazendo bons negócios.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator quer reforçar punições a devedor contumaz

BIANCA LIMA BRASÍLIA

Relator de projeto de lei que cria uma lista de "nome sujo" para devedores contumazes, o deputado Danilo Forte (União-CE) quer reforçar no parecer a possibilidade de punição criminal das empresas que agem de máfé e que têm na inadimplência uma estratégia de negócio. "Se você sonega de forma contumaz, você está roubando a sociedade.

Isso é crime, uma forma de corrupção e roubo", afirmou o parlamentar, ao Estadão.

Forte diz que o parecer será entregue na primeira semana de agosto, após o recesso parlamentar, e que conversará com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que a proposta seja analisada nos nove dias de esforço concentrado que ocorrerão em agosto e setembro. "O relatório está praticamente pronto; falta apenas finalizar algumas questões do ponto de vista penal e fechar o texto com governo e frentes empresariais", afirma.

O deputado avalia que há um ambiente político e econômico favorável à votação do tema.

Ele cita a preocupação com a trajetória das contas públicas e o desejo do governo de elevar a arrecadação. Também diz que a reforma tributária deu visibilidade à elevada carga tributária existente no País, que fica maior devido à necessidade de se cobrir os "buracos" deixados pela sonegação; e o interesse de prefeitos e governadores, uma vez que parte dos tributos federais sonegados seria dividida com Estados e municípios.

O texto enviado pelo governo já previa que, uma vez inseridos no Cadastro Federal do Devedor Contumaz (CFDC), os controladores das companhias, caso cometessem crimes tributários e fossem condenados, não teriam mais o direito de extinguir a punição ao realizar o pagamento do imposto devido - o que aumentaria as chances de prisão. O objetivo agora, diz o relator, é deixar essa previsão mais clara.

CRITÉRIOS. Forte também prepara ajustes nos pré-requisitos necessários para que a empresa seja incluída na lista de "nome sujo" - o objetivo é atender a pleitos do setor empresarial.

Entre as mudanças em estudo, está a obrigação de se analisar o histórico tributário da companhia e dos seus controladores, para verificar se a falta de pagamento é recorrente ou pontual. Além disso, o valor da dívida para inclusão no cadastro (atualmente estabelecido em montante superior a R\$ 15 milhões) deverá ser atualizado anualmente pela inflação.

"O projeto tem o desafio de ser preciso na definição do devedor contumaz e, ao mesmo tempo, dar mecanismos ao Estado para ser mais incisivo contra essas empresas", diz Pablo Cesário, presidente executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). "Não pode ser uma definição que seja restritiva demais, que não pegue quem precisa pegar, mas também não pode ser abrangente demais a ponto de fazer com que empresas que não sejam devedoras contumazes sejam incluídas."

Parecer Forte também prepara ajustes nos pré-requisitos para que empresa seja incluída em lista

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado imobiliário vê aumento de imposto em texto aprovado na Câmara

BRUNO ANDRADE E-INVESTIDOR

A Câmara aprovou na semana passada o primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária** com uma trava para o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cuja alíquota é estimada em 26,5% pela equipe econômica. Como parte das mudanças feitas no texto, o setor imobiliário ficou na categoria dos itens com tarifa diferenciada, com um desconto de 40% em relação ao IVA total - o que resultaria num índice de 15,9%. O projeto ainda precisa passar pelo Senado, onde pode sofrer novas alterações.

Mesmo com o desconto sobre a alíquota-padrão, advogados tributaristas e executivos do mercado imobiliário veem risco de forte aumento da carga tributária caso o texto passe sem alterações pelo Senado.

Atualmente, o ganho obtido na compra e venda de imóveis é taxado em cerca de 8%, sem considerar a cobrança do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), de 3%. "Uma alíquota de 15,9% sobre o ganho com a venda, somada ao ITBI, pode gerar uma taxa final de 18,9%, que é o dobro da atual", diz Paulo Vaz, sócio de tributário do VBSO Advogados.

Em um estudo enviado ao EInvestidor, o Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis (Secovi) de São Paulo estimou o custo extra com as novas alíquotas sobre o ganho na compra e venda de imóveis. Casas e apartamentos que custam até R\$ 240 mil, por exemplo, teriam um aumento da alíquota de imposto de 6,41% para 7,4% - uma diferença de 15,4%.

O resultado não é diferente para outras faixas de preço. No caso de imóveis com preço de R\$ 500 mil, o imposto pode subir de 8,11% para 10,60%, o que representaria uma variação de 30,7% na carga tributária. Para o valor de R\$ 1 milhão, a simulação mostra um aumento de 48,8%, com o imposto passando de 8,11% para 12%. Casas e apartamentos custando R\$ 2 milhões ou mais seriam taxados em 12,3%, ante 8,11% atualmente (uma alta de 51,7%).

O texto da **reforma tributária** deixa claro que as negociações entre pessoas físicas não serão tributadas, mesmo que o vendedor obtenha lucro com a transação do imóvel. Esse imposto incidirá apenas

sobre o ganho das empresas do setor imobiliário. No entanto, a consultora tributária Maria Carolina Gontijo afirma que existe o risco de o consumidor final absorver esse aumento de **impostos**.

Segundo ela, as construtoras tendem a repassar esse aumento de preços ao consumidor, tornando a compra de imóveis mais cara.

Logo após a votação na Câmara, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) expressou preocupação com o potencial aumento da carga tributária.

"Embora reconheçamos a necessidade de simplificação e modernização do sistema tributário, as alterações propostas podem ter impactos negativos significativos para o setor imobiliário, um dos maiores geradores de emprego do País", diz a entidade, em nota.

Luiz França, presidente da Abrainc, acrescentou que o aumento da carga tributária pode desencadear uma série de efeitos adversos, incluindo a elevação dos custos das obras e, conseqüentemente, dos preços dos imóveis. "O mercado imobiliário funciona como um termômetro da economia. Qualquer aumento na carga tributária pode resultar em desestímulo a novos investimentos, impactando diretamente os consumidores finais, que enfrentarão preços mais altos para comprar ou alugar imóveis", afirma.

VISÃO DO GOVERNO. Na contramão das críticas do mercado, o Ministério da Fazenda rebate a avaliação de aumento da carga tributária no setor. Na sexta-feira passada, a pasta chegou a divulgar uma nota para defender seus argumentos e afirmar que informações incorretas sobre o impacto das mudanças estariam circulando no mercado.

Na nota, o governo ressalta que o imposto incidirá apenas sobre a diferença entre o custo de venda e o valor do terreno; que haverá um redutor social de R\$ 100 mil sobre o valor tributado, tornando a tributação progressiva e reduzindo o custo dos imóveis populares; e que a alíquota do imposto sobre esse valor será reduzida em 40%, correspondendo a cerca de 15,9%.

"Com esse novo modelo de tributação, sem considerar

os ganhos de eficiência decorrentes da **reforma tributária**, o custo de um imóvel popular novo (valor de R\$ 200 mil) deverá cair cerca de 3,5%, enquanto o custo de um imóvel de alto padrão novo (valor de R\$ 2 milhões) deverá subir cerca de 3,5%. A **reforma tributária** deverá aumentar significativamente a eficiência do setor de construção e incorporação, permitindo a recuperação de créditos sobre os insumos e a adoção de métodos construtivos mais eficientes", diz o Ministério da Fazenda.

O E-Investidor questionou o Ministério da Fazenda sobre as discrepâncias entre as estimativas do Secovi-SP e da pasta.

O governo respondeu que suas simulações são mais robustas e baseadas em uma amostra de dados mais ampla do que as do Secovi-SP.

DESACELERAÇÃO. Entre os advogados consultados pelo E-Investidor, porém, há um consenso de que o aumento da carga tributária no setor imobiliário está dado se a proposta for aprovada no Senado da forma como saiu da Câmara. "Isso tende a desacelerar todo o mercado, já que uma parte maior do valor do imóvel será destinada ao pagamento de **impostos**. A medida é prejudicial e pode dificultar a aquisição da casa própria por muitas pessoas devido ao repasse de preços", afirma Vaz.

Maria Carolina reforça que a nota do governo não convenceu o mercado, visto que simulações independentes apontam para o aumento da carga de **impostos** no setor imobiliário com a reforma, mesmo considerando o ganho com os créditos tributários.

"As alterações podem ter impactos negativos significativos para o setor imobiliário, um dos maiores geradores de emprego do País" Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias

"A reforma deverá aumentar significativamente a eficiência do setor de construção e incorporação" Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trava para alíquota pode ser ajustada no Senado, diz Lopes



Reginaldo Lopes: "É um processo. O texto tramita nas duas Casas justamente para fazer alguns aperfeiçoamentos"

Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Ana e Julia Lindner De Brasília

Incluída na reta final das negociações do texto principal da regulamentação da **reforma tributária** do consumo, a trava que impõe revisões caso a alíquota do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ultrapasse a barreira de 26,5% pode ser aperfeiçoada durante a tramitação no Senado. Essa é a avaliação do relator do projeto na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG).

Em entrevista ao Valor, ele demonstrou confiança de que a matéria avançará no Senado e poderá ser reanalisada pela Câmara até o fim do ano, a tempo de ser sancionada ainda em 2024.

Conforme revelou o Valor, as mudanças aprovadas pela Câmara devem ter um impacto líquido de 0,62 ponto percentual na alíquota de referência, segundo cálculos preliminares do grupo de trabalho (GT) dedicado ao tema. Com isso, a alíquota média subiria para 27,12%. Porém, Lopes acredita que o valor final vai "surpreender" e ficar em 25%.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Há muita desconfiança sobre a trava da alíquota em 26,5%. Quais são as garantias de que essa trava vai ser efetiva ?

Reginaldo Lopes: A opção de fazer a trava no projeto de lei complementar é que não pode ocorrer a retirada

dessa trava por medida provisória. Agora, nós podemos também debater com o senador Eduardo Braga [relator no Senado], junto com o Ministério da Fazenda, e aperfeiçoar a trava. Não há dificuldade alguma. A opção do legislador foi a seguinte: o Brasil não terá o imposto sobre consumo acima de 26,5%. Ao superar essa marca, o governo está obrigado a enviar cortes, que ocorrerão nos regimes específicos ou nos diferenciados com alíquota reduzida].

Valor: A equipe econômica do governo tem buscado um diálogo com os senadores para tentar hierarquizar essas medidas. O que acha?

Lopes: Nós buscamos apresentar um relatório muito técnico, no preceito da Emenda 132 [da **reforma tributária**] e também do direito internacional comparado, já que o nosso imposto [do tipo Valor Agregado, IVA] estará conectado com 95% das nações. Também tinha um desejo de todos os líderes, também do presidente Arthur Lira e do presidente Lula, de incluir a picanha, as carnes [na cesta básica com alíquota zero], mas com a certeza de que a alíquota [padrão] não seria superior a 26,5%. Eu mesmo cheguei a perceber que você tinha um espaço ali de 1,2 ponto percentual de alíquota, porque eu acredito que o nosso relatório combateu mais inadimplência, fraude e sonegação através da melhoria do meio de pagamento ["split payment"]. Eu aposto em uma alíquota de 25%, mesmo com as mudanças. Porém, nós optamos no dia anterior [à votação], preventivamente, percebendo um clamor para as proteínas, nós preparamos esse texto [com a trava]. É lógico que esse texto pode ser aperfeiçoado. No dia seguinte [à aprovação], num diálogo com o ministro Fernando Haddad, a gente até começou a falar um pouco sobre isso. O texto tramita nas duas Casas Legislativas justamente para fazer alguns aperfeiçoamentos. Se voltar para a Câmara, nós vamos também debater esses aperfeiçoamentos.

Valor: Acredita que o governo terá de enviar o projeto em 2031 para trazer a alíquota a 26,5%?

Lopes: Não haverá necessidade [do envio do projeto]. A PEC permitiu, a cada cinco anos, visitar todos os impactos dos regimes específicos, diferenciados e favorecidos. Em 2031, aí sim, é visitar produtos e serviços, como dispositivo médico, medicamento, cesta básica ou alíquota de setores que estavam no

regime específico, mas regulamos com alíquota superior. No setor imobiliário, nós que definimos as alíquotas, assim como Imposto Seletivo, inclusive por lei ordinária. Tem todas as condições [para garantir a alíquota em até 26,5%].

Valor: Quando chegar lá na frente e fizer esse levantamento, o governo vai ter que enviar esse projeto com o que tem que sair. O Legislativo vai ser obrigado a aprovar?

Lopes: O Congresso será obrigado. Todo mundo tem que cumprir a lei. A lei é regulatória. Mas o Congresso pode alterar.

Valor: Isso era uma crítica dos especialistas, porque a regulamentação traz a obrigação do envio, não da aprovação pelo Congresso...

Lopes: É, mas podemos corrigir a obrigatoriedade.

Valor: O senhor disse que conversou com o ministro Fernando Haddad após a aprovação do texto. Ele concordou com a trava?

Lopes: Ele concordou, falou que foi uma ótima iniciativa.

Valor: A trava não tira a discricionariedade de um governo futuro aumentara carga tributária?

Lopes: Esse debate pode acontecer, ele [um governo futuro] pode querer alterar essa trava e o Parlamento terá que autorizar. Por que nós estamos discutindo se a picanha entra ou não entra? Porque hoje a sociedade sabe que para isentar tem custo, porque é um imposto por fora [e não por dentro, como o ICMS], Essa é a magia da reforma. Porque hoje os governantes alteram imposto e a sociedade nem consegue perceber o que está aumentando. Depois da reforma implementada, suponha que o prefeito queira aumentar o imposto, de quatro em quatro anos tem eleições. Isso aumenta a cidadania.

Valor: Como o GT atuará para evitar que o Senado esvazie a matéria aprovada pela Câmara?

Lopes: O Senado tem toda autonomia. Se formos convidados, estaremos sempre à disposição. Pedirei uma reunião com o Braga para colocar todo o GT à disposição. Mas o Senado sempre traz boas contribuições, como foi com a PEC.

Valor: O relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), já sinalizou que deve fazer mudança sobre a Zona Franca de Manaus, que ele considera não ter sido atendida.

Lopes: O que ocorreu ali é que, no final, tinha duas interpretações sobre esses benefícios. A Fazenda tinha uma interpretação e os parlamentares da ZFM tinham outra interpretação. E o que eu propus ali, como economista e relator? Fiz um acordo político com eles. Eles toparam. A minha surpresa é que eles não votaram, mas concordaram. Nós mantivemos o que foi previsto, mas não ampliamos os benefícios. Agora, o Braga fará ajustes. E a gente vai verificar os números. Se ele estiver correto, eu apoio.

Valor: O senhor já deu a projeção de alíquota de 25%, mas membros do GT apontam uma majoração de 0,62 ponto percentual com as mudanças aprovadas.

Lopes: A majoração a partir de todas as mudanças que nós fizemos é próximo disso. Acharmos que houve um ganho no "split payment", de combate à erosão fiscal. Acredito que teve um ganho de 0,3 ponto percentual com o Imposto Seletivo. Se considerar que o cálculo correto é o mínimo e não a média, reduz, não dá nem 26,5%. Se considerar que está na média, aí aumenta. Eu acho que o mínimo [da Fazenda] pode estar superestimado, porque você pode considerar que o "gap" de conformidade não conseguiu observar toda a erosão, inadimplência, fraude e sonegação. Também tem que analisar a formalização da economia com o "cashback".

Valor: O presidente Lula defendia a inclusão das proteínas na cesta desonerada, mas isso só foi incluído a partir de uma emenda da oposição. Do ponto de vista político, acha que houve um erro de cálculo?

Lopes: Não, não foi. Mostrou a responsabilidade de apresentar uma reforma que buscasse dar a certeza à sociedade que, ao entrar as proteínas, o mais pobre não seria prejudicado. Por isso surge a trava. Todo mundo sabe que a trava estava sendo feita para colocar as proteínas. A gente fez um acordo político. Mas nós temos responsabilidade. Nós não queremos aumento para toda a sociedade. Como é que nós tomamos aquela decisão? Foi o amadurecimento da política, do processo. Houve uma convergência com todos os líderes, com o próprio Lira, e aí eu anunciei. A votação foi mera formalidade.

Valor: Mas isso não acaba jogando no colo da oposição essa vitória?

Lopes: Para a oposição também ter parte dessa vitória, foi necessário que nós, que somos governo, tivéssemos responsabilidade com o país e buscássemos organizar a garantia para a sociedade brasileira de que a inclusão da proteína não fosse prejudicar toda a sociedade e os setores econômicos. O mais pobre, que hoje paga mais imposto, não sabe

o que está pagando. Esse debate pode fazer parte dos próximos candidatos a presidente da República. Assumir compromissos que vai deslocar o imposto de consumo, que é mais regressivo, ou buscar a progressividade ao imposto sobre consumo com mais "cashback". Ou pode até dizer "vou tirar do consumo e vou transferir para renda e patrimônio". Isso é cidadania fiscal que provoca uma nova cultura política e também mais eficiência.

Valor: Braga também sinalizou que poderia incluir armas no Imposto Seletivo. Considera difícil manter isso na Câmara?

Lopes: Vai ser derrotado. Eu não acolhi porque também era minoria a minha posição no GT. O governo também acertou em não mandar. Nós perdemos essa emenda. Eu não incluí porque o meu resultado seria 115 votos. Acho que deveria ter Imposto Seletivo [sobre armas], mas faz parte do debate perder.

Valor: O senhor teme que a regulamentação da reforma fique para o ano que vem?

Lopes: Eu acredito nos senadores, na liderança de Braga e [do presidente do Senado, Rodrigo] Pacheco. A reforma é suprapartidária e um marco. É a grande entrega de Lira e Pacheco. Eles merecem, junto com o Lula, sancionar essa reforma em 2024.

"A opção do legislador foi a seguinte: o Brasil não terá o imposto sobre consumo acima de 26,5%"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187928?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187928?page=1§ion=1)**

Para FMI, país já cresce mais, mas fiscal é ponto negativo (Editorial)

O relatório sobre a situação da economia brasileira feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), uma rotina anual, é um tom mais otimista do que os economistas domésticos nas questões do crescimento e um tom menos pessimista que as previsões sobre o quadro fiscal. O staff do Fundo elevou o crescimento potencial da economia a 2,5% e para ele não há dúvida que o hiato do produto hoje seja positivo - as atividades estão se expandindo a um ritmo acima da capacidade, embora isto não tenha impedido a **inflação** de cair. Este avanço de curto prazo se deve a generosos impulsos fiscais. Quanto ao déficit, o relatório aponta que o governo precisa fazer um esforço maior para melhorar sua trajetória.

Entre os fatores de risco negativos para a economia brasileira, o único ao qual é atribuído alta chance diz respeito ao cenário fiscal. Pelas estimativas, para atingir a meta de déficit zero em 2025 serão necessárias medidas adicionais para obter 0,7% do **PIB**. Pelos cálculos do Fundo, o déficit primário em 2024 chegará a 0,6% do **PIB**-uma redução de 0,7 ponto percentual no balanço primário estrutural, se considerado o resultado negativo de 2023, de -2,4% **PIB**. Obter mais receitas será desafiador, de acordo com o FMI, porque as já aprovadas somaram 1,1 % do **PIB** e a contribuição esperada das transações tributárias e outras estão abaixo das expectativas, enquanto que os gastos estão subindo.

O relatório recomenda um esforço fiscal mais ambicioso, porque embora o risco para a sustentabilidade da dívida seja visto como moderado, sua trajetória "permanece altamente sensível a choques no custo do dinheiro e do crescimento real do **PIB**". Ainda assim, o Brasil tem "algum espaço fiscal para responder a choques temporários" e pode fazer a consolidação de seu endividamento gradualmente no médio prazo, graças ao fato de que a dívida é quase que toda doméstica, a dívida externa é baixa e há um enorme colchão de proteção feito pelo Tesouro.

Uma âncora fiscal boa exigiria que a meta de déficit zero fosse cumprida em 2025 e fosse seguida por avanços de 0,5 ponto percentual do **PIB** nos exercícios seguintes, para que se atinja um superávit de 2,5% do **PIB** em 2030. Para atingir isso, o staff do FMI recomenda várias receitas que não são do agrado do Planalto: desindexar do salário mínimo alguns itens de gastos e mudar os pisos para educação e saúde

que estão hoje vinculados a receitas. Seguem-se outras recomendações clássicas da instituição, como reforma da administração pública, para reduzir a alta diferença entre os salários públicos e os privados e revisão das carreiras, uma reforma da previdência que alinhe os regimes especiais com o regime geral e a busca de maior eficiência nos programas sociais.

O Fundo elogia o trabalho do Banco Central na condução da política monetária e avaliza a interrupção do ciclo de queda dos juros, indicando que a desancoragem das expectativas "possivelmente reflita incertezas sobre a trajetória da consolidação fiscal assim como a da composição da diretoria do BC após a troca de três de seus membros cujos mandatos se encerram em dezembro".

Se acredita que o balanço de riscos para o Brasil ainda pende para o lado negativo, o staff do FMI acredita que a economia brasileira aumentou sua capacidade de crescer desde 2017, impulsionada "pelo aumento da produtividade total dos fatores", com contribuições de reformas feitas, em especial a trabalhista - uma premissa que vários economistas brasileiros reputam de prematura ou não existente. Pelos cálculos do Fundo, apenas a redução muito significativa dos litígios na Justiça nas firmas intensivas em mão de obra teria propiciado desde 2017 um aumento de produtividade de 17%. No todo, a reforma trabalhista teria acrescido entre 0,3 a 0,5 ponto percentual ao crescimento potencial. Isso será pouco ainda se consideradas as simulações feitas pelos técnicos para os efeitos futuros da **reforma tributária** a caminho. Elas oscilam entre uma elevação de 6% a 11% do **PIB** durante o período de transição, principalmente pelo fim da cumulatividade de **impostos** nas cadeias de produção - a variação dos resultados decorre da magnitude que se atribua à informalidade, que reduz o efeito.

Há grande contribuição da produção de petróleo para a capacidade de crescimento. Ela deverá aumentar 56% entre 2023 e 2031, elevando o **PIB** em 0,2 ponto percentual anuais até lá. Outro fator promissor apontado é a transição para uma economia descarbonizada, que tem grande potencial para ampliar a capacidade produtiva. O FMI cita estimativas que mostram que o mercado de créditos de carbono proposto, que levará cinco anos até entrar em operação, poderia atingir R\$ 100 bilhões até 2030

(perto de 1% do **PIB**), gerando 0,3% do **PIB** de receitas fiscais adicionais anualmente.

Há um bom cenário para a economia pela frente, com nuvens cinzas se concentrando na questão fiscal e na pilha de gastos tributários de 4,3% do **PIB** que precisaria ser desbastada. Se o presidente Lula apoiar um jogo mais sério na questão fiscal e impulsionar as reformas o país poderá deixar para trás seus números indigentes de crescimento e dispensar as muletas fiscais que os propiciaram.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187928?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187928?page=1§ion=1)**

Incertezas sobre juros ameaçam queda do "spread" bancário



Estevão Taiar e Gabriel Shinohara De Brasília

O prêmio cobrado pelas instituições financeiras nos empréstimos, o chamado "spread" bancário, atingiu o menor patamar em quase dois anos. Mas as incertezas sobre o comportamento das taxas de juros no Brasil trazem dúvidas sobre a continuidade desse processo.

O spread bancário médio, que mede a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras e a taxa de captação de recursos pelos bancos, alcançou 18,85 pontos percentuais em maio. O número representa recuo de 3,13 pontos em relação a maio do ano passado, quando teve início a queda, e o nível mais baixo desde julho de 2022. Houve recuo tanto no caso de pessoas jurídicas (queda de 1,21 ponto, para 8,4 pontos) quanto físicas (4,45 pontos, para 23,86 pontos), segundo dados do Banco Central (BC).

Um dos principais fatores que explicam o movimento é a mudança na composição do crédito concedido após a pandemia, com a expansão de empréstimos considerados mais seguros e que, conseqüentemente, têm juros menores. "Desde o fim de 2022 os bancos subiram a barra, estão um pouco mais cautelosos", diz Rafael Schiozer, professor de Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Alguns exemplos dessa mudança na composição são

o maior foco em linhas como cartão de crédito à vista e aquelas voltadas para compra de bens duráveis ou automóveis. Dados do BC apontam que a concessão de crédito para aquisição de veículos subiu 41,3% neste ano.

Alessandra Ribeiro, diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria, menciona a redução da inadimplência como um dos fatores para a queda mais intensa do spread da pessoa física. A inadimplência caiu de 4,2% em maio do ano passado para 3,7% no mesmo mês de 2024.

A economista explica que uma performance melhor do mercado de trabalho e o programa Desenrola, que incentivou a renegociação de dívidas, contribuíram para o resultado. "Além da queda da inadimplência nesses últimos meses, a gente tem uma dinâmica muito favorável do mercado de trabalho, que também alimenta uma percepção de risco um pouco menor para frente, ajudando os bancos a reduzir esse risco embutido", diz.

Outro motivo foram os cortes na Selic promovidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Entre agosto de 2023 e maio, a taxa básica de juros recuou de 13,75% para 10,5%, sempre em termos anuais. No entanto, as dúvidas sobre a trajetória futura da Selic, diante de menor previsibilidade no cenário externo, turbulências fiscais e críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao BC, trazem incertezas também a respeito da continuidade da queda do spread.

O ciclo de cortes foi interrompido em junho, e o mercado projeta que a taxa básica de juros continuará no atual patamar de 10,5% até o fim do ano, segundo a edição mais recente do boletim Focus. Até meados do primeiro semestre, o mercado calculava que a Selic terminaria o ano em 9%.

"O comportamento do spread dependerá um pouco de como a situação das taxas de longo prazo será pacificada", afirma Schiozer. "Se os investidores entenderem que o que o presidente Lula vem fazendo não tem muita importância para a política monetária e que a política fiscal não vai desandar, as taxas de longo prazo tendem a cair e os bancos terão mais apetite para correr riscos. Mas, caso a situação se deteriore ou não seja resolvida, talvez os bancos fiquem mais relutantes." Também para Rubens

Sardenberg, diretor de economia, regulação prudencial e riscos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), as perspectivas de médio prazo para o spread "estão muito associadas à maneira como o cenário macro vai evoluir".

Mas, na avaliação de Bruno Lavieri, economista-chefe da consultoria 4intelligence, a manutenção da Selic no atual patamar até o fim do ano "não atrapalhará tanto" o recuo do spread, já que o indicador "parece responder mais à aversão a risco dos bancos do que ao ciclo econômico como um todo".

"A perspectiva é que o spread continue caindo, ainda que a um ritmo lento, já que a própria inadimplência, principalmente para pessoas físicas, também vem cedendo lentamente", diz.

Para além dos movimentos conjunturais, medidas para diminuir de maneira estrutural o indicador ganharam maior atenção a partir do governo do ex-presidente Michel **Temer** (MDB). Entre elas, estão a realização de mudanças no cadastro positivo, implantação do open finance e aprovação do novo marco legal de garantias. "Não estamos parados, estamos avançando, mas é um processo de mais longo prazo", afirma Sardenberg, da Febraban.

Por sua vez, a equipe econômica do governo Lula considera que o indicador no Brasil é pressionado por dois fatores principais: inadimplência e margem de lucro das instituições financeiras. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, a redução pela metade do impacto que ambos os fatores têm sobre o spread equivaleria a um corte perene de 5 pontos percentuais da Selic.

Além disso, para ampliar o acesso ao crédito de forma geral para pessoas jurídicas, a equipe econômica aposta em dois projetos de lei. O primeiro (14.905/24), sancionado por Lula no fim de junho, torna uniformes as regras para empréstimos realizados fora do sistema bancário. Já o segundo (2.925/23) busca proteger investidores do mercado de capitais contra fraudes contábeis. No momento, o segundo projeto está parado na Câmara dos Deputados. Os técnicos projetam que ambos os textos permitirão que as companhias tenham acesso a crédito mais barato no mercado de capitais, ainda que o spread bancário permaneça alto.

Um terceiro fator, mais amplo, que na avaliação do Ministério da Fazenda diminuirá o spread bancário para as empresas, é a **reforma tributária** sobre o consumo. De acordo com a pasta, as novas regras permitirão que as companhias tomadoras de empréstimos recuperem os **impostos** embutidos na operação, diminuindo assim a margem.

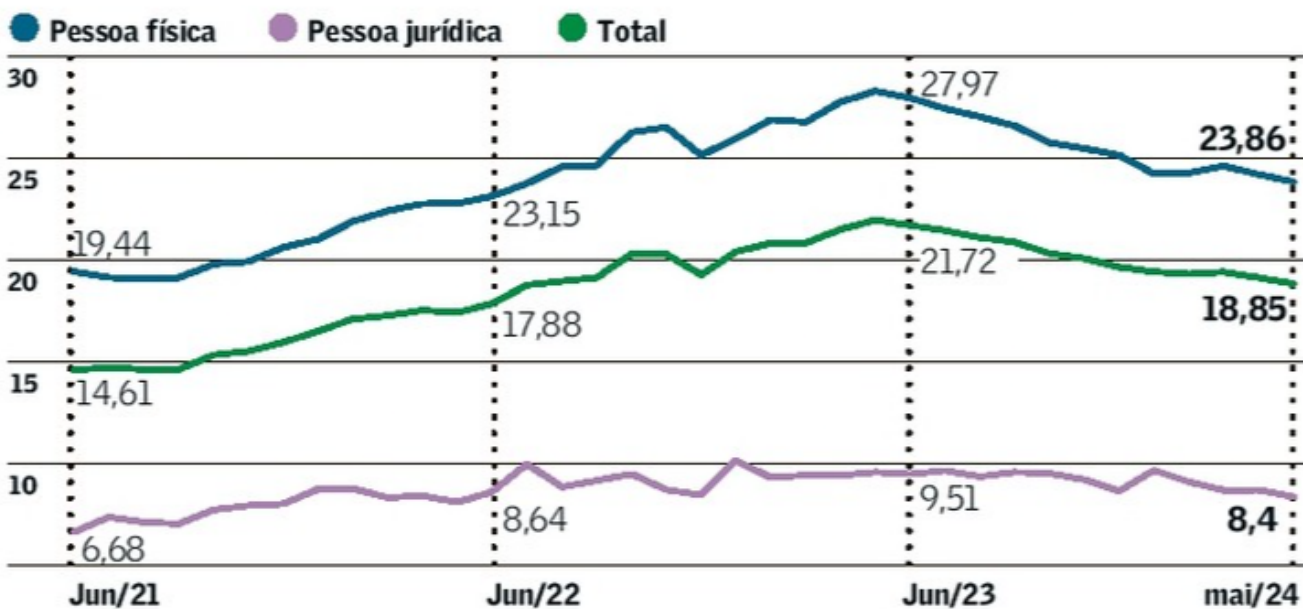
Ribeiro, da Tendências, avalia que é difícil visualizar como a reforma pode impactar diretamente na redução do spread, mas destaca que pode haver um efeito indireto. Segundo a economista, com a melhora do sistema tributário, a produtividade e competitividade podem aumentar, com impacto na capacidade de crescimento, no emprego e, por esse mecanismo, se reduziria a percepção de risco que "então bate no spread". "A gente vê mais esse caminho indireto", diz.

"Queda na inadimplência e mercado de trabalho reduzem risco" Alessandra Ribeiro

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187928>

Spread bancário

Em pontos percentuais



Fonte: Banco Central

Congresso entra de folga com reforma tributária e disputa pelas sucessões de Lira e Pacheco no horizonte

Por Kevin Lima, g1 - Brasília

Deputados e senadores terão um recesso informal até o fim do mês, paralisando votações importantes como a regulamentação da **reforma tributária**.

Sem a aprovação das diretrizes do Orçamento, os prazos regimentais não serão suspensos, afetando medidas provisórias e a **reforma tributária**.

A Câmara encerrará as sessões a partir de 15 de julho, enquanto o Senado tentará avançar em algumas propostas até 17 de julho.

Os trabalhos no Congresso serão retomados na segunda semana de agosto, coincidindo com o início da campanha eleitoral.

Durante o recesso, as campanhas municipais e as pré-campanhas para as presidências da Câmara e do Senado continuarão.

Nesse período, que deve durar até o fim do mês, ficarão paralisadas as votações de projetos importantes, como a regulamentação da **reforma tributária**.

Outras demandas políticas, no entanto, devem continuar a todo vapor: é o caso das campanhas municipais e da pré-campanha pelas presidências da Câmara e do Senado (entenda mais abaixo).

?? Pela Constituição, os parlamentares têm direito a dois recessos formais ao longo do ano:

Com frequência, nos últimos anos, o Congresso tem desrespeitado o pré-requisito para o recesso do meio do ano. Por isso, neste ano, será um recesso informal: nenhuma sessão é convocada, ninguém comparece, e tudo volta ao normal no começo de agosto.

Desde 1989, o Congresso deixou de aprovar a LDO no prazo estabelecido pela Constituição em dez ocasiões. Esta será a 11ª vez. Lideranças do Planalto já avaliam que, com otimismo, o texto somente deverá ser votado em setembro.

Sem a aprovação das diretrizes do Orçamento do ano que vem, os parlamentares não poderão contar com uma das vantagens do recesso oficial: a suspensão dos prazos regimentais.

Isso afetará, entre outros temas, a regulamentação da **reforma tributária**. O assunto ainda está sob urgência constitucional, que prevê um prazo para que as Casas votem um projeto sob pena de trancar a pauta.

Segundo lideranças da Câmara, a Casa será a primeira a se despedir dos trabalhos. Por acordo, não deverá haver sessões já a partir de segunda-feira (15) e haverá um calendário pré-definido de sessões entre agosto e setembro a fim de conciliar os trabalhos e os compromissos de deputados nas eleições municipais.

Antes das férias, somente o Conselho de Ética da Casa deverá ter agenda. Entre segunda (15) e terça (16), o órgão deverá ouvir novas testemunhas do processo que pode levar à cassação de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018.

O Senado, por outro lado, ainda tentará avançar em propostas às vésperas do recesso informal.

Com sessões semipresenciais entre terça (16) e quarta-feira (17), os senadores poderão apreciar um projeto que autoriza o uso do vale-cultura em eventos esportivos; projeto que cria um programa de incentivo a produção de semicondutores; e a proposta que mantém a desoneração da folha de pagamentos de setores da economia e pequenos municípios.

Diversos outros assuntos pendentes e elencados pelos presidentes das duas Casas - deputado Arthur Lira (PP-AL) e senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) - como prioritários para este ano devem ficar somente para depois de agosto.

Estão nessa lista, por exemplo, a segunda parte da regulamentação da **reforma tributária** e o projeto que cria regras para a inteligência artificial no Brasil.

A retomada dos trabalhos no Congresso deve ocorrer

somente a partir da segunda semana de agosto - em meio ao início da campanha eleitoral, marcado para o dia 16.

Com pressão dos parlamentares para que os trabalhos legislativos não atrapalhem os compromissos de campanha, Câmara e Senado já definiram um calendário prévio de sessões.

Do lado dos deputados, em reunião na última semana, os líderes definiram que, entre agosto e setembro, somente haverá votações:

No Senado, as lideranças deixaram o encontro da última quinta (11) com um indicativo de que, em agosto, haverá sessões deliberativas presenciais somente entre os dias 6 e 7; e 13 e 14.

Além dos compromissos nas eleições municipais, também a partir de agosto, as atenções dos congressistas passarão a estar voltadas à disputa pelas sucessões de Lira e Pacheco nos comandos da Câmara e do Senado.

Arthur Lira e Rodrigo Pacheco vão se despedir dos cargos no início de 2025, com a eleição de novos presidentes para as duas Casas.

Os senadores enfrentam um cenário mais pacificado. Ex-presidente da Casa, fiador da eleição de Pacheco à presidência e atual comandante da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador Davi Alcolumbre (União-AP) é quase uma unanimidade entre os colegas.

De esquerda à direita, senadores declaram apoio a Alcolumbre e não veem chance de outro candidato sair vitorioso. Apesar disso, as senadoras Soraya Thronicke (Podemos-MS) e Eliziane Gama (PSD-MA) mantêm posições de que se lançarão à disputa.

Se de um lado há calma, do outro as articulações estarão apenas começando. A Câmara reúne cinco principais pré-candidatos à cadeira de Lira e deverá assistir à consolidação de candidaturas ao longo de agosto.

A principal expectativa está em torno do anúncio do atual presidente da Casa sobre a escolha do seu candidato à sucessão.

Lideranças avaliam que o espólio de Arthur Lira pode auxiliar e impactar significativamente no resultado da disputa. Bem relacionado com todas as siglas e deputados de alto e baixo escalão, Lira se reelegeu com a maior votação da história da Casa (464 votos).

Aliados de Lira sempre apontaram que há, por parte

do deputado alagoano, uma predileção a Elmar Nascimento (União-BA).

Nos últimos meses, porém, afirmam que o atual presidente deu sinalizações de que ainda não há decisão fechada - o que pode beneficiar um dos outros dois nomes que lideram as menções entre deputados: Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Antonio Brito (PSD-BA).

Arthur Lira tem afirmado que deverá anunciar o seu candidato à disputa pela presidência da Câmara somente em agosto.

Antes das férias, os líderes do Senado sinalizaram que poderão constar da pauta do plenário Casa ao menos três projetos:

A Casa começará a trabalhar, a partir de agosto, na primeira proposta de regulamentação da **reforma tributária**. Até esta sexta (12), o texto, que já foi aprovado pela Câmara, ainda não havia sido enviado aos senadores.

O presidente Rodrigo Pacheco já decidiu que a relatoria no Senado caberá a Eduardo Braga (MDB-AM).

Por enquanto, a proposta está em urgência constitucional - pedida pelo presidente Lula e que determina que o Senado terá até 45 dias para analisar o texto, sob pena de trancar a pauta da Casa.

A contagem do prazo, que não será interrompida por causa do recesso informal, começará a contar assim que o projeto chegar à Casa. Mas líderes já pediram a Pacheco que leve a Lula o desejo de retirada da urgência.

Já em agosto, os líderes fecharam indicativo de que poderá ser analisada a proposta que cria um novo programa de financiamento da dívida dos estados com a União. Apresentado por Pacheco, o texto seria votado inicialmente ao longo dos próximos dias. Deverá, porém, ficar para as sessões pré-definidas do próximo mês. A relatoria será de Davi Alcolumbre.

Poderá voltar à pauta da Casa no mês que vem a proposta que regulamenta o mercado de crédito de carbono, que passa por uma série de discussões entre Câmara e Senado para encontrar um texto comum.

Segundo o líder do PL, senador Carlos Portinho (RJ), em agosto, também deverá ser votada a Proposta de Emenda à Constituição que pode aliviar contas de prefeituras. O texto é relatado por Portinho, que ainda negocia mudanças junto ao Ministério da Fazenda.

Temas que concentraram atenções na Casa também devem avançar ao longo de agosto.

Segundo uma lista feita pelos líderes na última quinta, o plenário do Senado deve receber, no próximo mês, uma sessão para debater a proposta que libera os jogos de azar e autoriza cassinos, bingos e jogo do bicho no Brasil.

Com resistência entre parlamentares conservadores, depois da sessão, a proposta poderá entrar no radar de votações da Casa.

Também deve avançar o projeto que libera a venda de cigarros eletrônicos - os vapes . O texto pode ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos no dia 20.

Nos últimos meses de 2024, o Senado poderá, ainda, levar à votação:

Líderes da Casa avaliam que, ao longo dos meses, poderá entrar no radar também a PEC que pode perdoar multas de partidos por cota para negros e em prestações de contas. Para senadores, porém, ainda não é o momento para analisar o texto.

Sem votações a partir de segunda, a Câmara deve retornar em agosto com a análise do segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária**. A poucos meses de deixar a presidência da Casa, Lira tem encarado a conclusão da reforma como o marco de sua gestão.

Com o empenho pessoal de Lira, a Câmara aprovou, na última semana, o projeto que define as regras e os guias para as cobranças dos novos **impostos** criados pela reforma (IBS, CBS e Imposto Seletivo).

O segundo texto não deve enfrentar resistência, mas ainda poderá sofrer alterações até a votação. O projeto trata do funcionamento da gestão compartilhada do imposto sobre consumo que será de competência dos estados e municípios - o IBS.

Outro tema que pode voltar ao radar da Casa ao longo de agosto e setembro é a discussão da proposta que regula as redes sociais. O presidente Arthur Lira criou um grupo de trabalho para analisar o texto em junho, mas o colegiado ainda não se reuniu. Segundo membros do grupo, os debates devem começar somente ao longo do último quadrimestre do ano.

Deputados também avaliam que, nos próximos meses, também pode ser discutida a proposta que equipara aborto após a 22ª semana a homicídio. Lira anunciou que o projeto, rechaçado por diversos setores da sociedade, voltaria à pauta da Casa no segundo

semestre, depois de discutido por uma comissão representativa.

A oposição na Casa tenta emplacar, a partir de agosto, dois temas prioritários:

Também há expectativa de avanço no processo que pode levar à cassação de Chiquinho Brazão, acusado de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco. O procedimento é analisado pelo Conselho de Ética.

Segundo membros do órgão, a previsão é que a votação do relatório final ocorra em setembro. Depois disso, se houver recomendação pela perda do mandato de Brazão, caberá ao plenário principal da Casa referendar.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/15/congresso-entra-de-folga-com-reforma-tributaria-e-disputa-pelas-sucessoes-de-lira-e-pacheco-no-horizonte.ghtml>

Governo e senado buscam acordo sobre desoneração

Brasília - O impasse entre o governo e o Senado, que já dura meses, sobre a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia é prioridade na última semana de trabalho antes do recesso parlamentar. O imbróglio segue sem acordo, apesar do prazo apertado para evitar que as empresas hoje beneficiadas voltem a pagar 20% de imposto sobre os salários dos funcionários. A votação do Projeto de Lei 847/2024 sobre o tema estava prevista para quarta-feira passada, mas nem chegou a ser anunciada durante a sessão plenária por falta de consenso. A maioria dos senadores resiste à ideia de aumentar **tributos** para fazer frente às desonerações. A expectativa é que essa costura seja resolvida até quarta-feira (17), mas senadores já falam em pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para estender o prazo, que termina na próxima sexta (19). A proposta mantém a desoneração total neste ano e determina a reoneração gradual da tributação sobre a folha de pagamento de 2025 a 2027.

A maior indefinição está no cálculo do impacto das medidas sugeridas pelos senadores para compensar a desoneração. O governo estima que, somadas, representam cerca de R\$ 17 bilhões. Mas a Receita e o Ministério da Fazenda consideram insuficiente para compensar a desoneração fiscal, com impacto calculado pela área econômica de R\$ 26 bilhões em 2024. Uma das sugestões do governo, apresentada na semana passada, seria o aumento de um ponto percentual na alíquota da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), tributo que incide sobre o lucro das empresas.

Mas a medida não encontrou apoio no Senado. "Não há definição em relação a isso [CSLL]. O importante desse projeto é materializar o acordo como foi feito sobre a reoneração gradativa ao longo do tempo, mantendo 2024 como está hoje e adotar programas que acredito serem suficientes para fazer frente à desoneração", declarou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Ele e outros senadores apresentaram "um cardápio de medidas" para compensar a desoneração, como abertura de um novo prazo para repatriação de recursos no exterior; regularização de ativos nacionais; Refis para empresas com multas e taxas vencidas cobradas pelas agências reguladoras; e recursos obtidos da taxação das compras internacionais até

US\$ 50. O governo aponta, contudo, que "a conta não fecha".

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem Partido-AP), apresentou a alternativa do aumento de um ponto percentual na alíquota da CSLL exclusivamente para os bancos. "Temos que fechar a conta. Não podemos aprovar um projeto de desoneração sem a respectiva fonte de receita. O conjunto de medidas ainda é insuficiente, segundo cálculos da Receita e da Fazenda. A tributação do setor financeiro, mais especificamente dos bancos, é um dos temas que está na mesa", afirmou Randolfe.

Mesmo se o Senado aprovar nesta semana, o projeto precisará passar pela Câmara dos Deputados. Diante do prazo apertado, Randolfe cogita a possibilidade de o governo pedir um prazo maior (de um ou dois meses) ao STF, para tentar encontrar uma fórmula com o Congresso a fim de compensar a perda de receita com a desoneração fiscal. "Suspeito que isso vai acabar sendo necessário pelo fato de que mesmo que votemos no Senado, não haverá tempo hábil de apreciação pela Câmara", afirmou.

Site: <https://digital.em.com.br>

Pacheco sugere volta de "ministros-senadores"

Fabio Murakawa e Julia Lindner De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vem sugerindo a pessoas próximas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que o aconselhem a aproveitar a próxima reforma ministerial para "devolver" ao Parlamento nomes de peso que atualmente ocupam cargos na

Esplanada dos Ministérios. Esses alertas ocorrem diante da expectativa da troca de comando na Casa, no próximo ano, em que Davi Alcolumbre (União-AP) desponta como favorito para suceder o político mineiro.

Aos interlocutores de Lula, Pacheco descreveu como "precária" a situação política do governo no Senado e alertou para o fato de que as eventuais negociações com Alcolumbre tendem a ser mais duras do que com ele.

Os ministros Carlos Fávaro (Agricultura), Renan Filho (Transportes), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Camilo Santana (Educação) estão licenciados do Senado desde o início da gestão Lula para assumir espaços na Esplanada. Também eleito senador, o ex-titular da Justiça Flávio Dino assumiu neste ano uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF) e está, portanto, fora dessa contabilidade.

A avaliação de Pacheco, segundo o Valor apurou, é que a maior parte deles possui experiência inclusive à frente da gestão estadual e, por isso, poderão contribuir para melhorar a articulação política.

A "convocação" dos "ministros-senadores", se ocorrer, será feita principalmente a partir das avaliações necessárias para garantir vitórias no comando da Câmara do Senado e deixar a base aliada mais sólida, de acordo com fontes do governo. Alguns desses ministros ouvidos sob reserva pela reportagem reconhecem a possibilidade de eventualmente voltarem ao Senado no ano que vem.

Um deles afirmou que três coisas serão importantes para essa definição: primeiro, a construção da base aliada para o segundo biênio; em segundo, as eleições das Mesas Diretoras; em terceiro, o resultado das disputas municipais.

Aliados de Lula no Senado, por sua vez, dizem que há um sentimento de que, depois do pleito deste ano, o presidente vai "mexer no time". As trocas, no entanto, não ocorreriam necessariamente logo depois e podem ficar para o início de 2025.

Aliados de Pacheco têm sinalizado há meses ao governo ter preocupação com a articulação da base do governo na Casa. A avaliação é que Pacheco não tem condições de segurar "sozinho" o avanço de determinadas pautas, considerando o nível atual de organização dos opositoristas. O mesmo vale para o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que muitas vezes precisa ceder à oposição para ver a agenda econômica avançar.

O alerta se intensifica com a possibilidade de haver um aumento dos parlamentares de direita após a eleição de 2026. Para isso, o pleito de 2024 deve ser importante para dar sinalizações já a partir do próximo ano. Isso deve intensificar a pressão especialmente em relação ao sucessor de Pacheco.

Além disso, nem todos os suplentes dos ministros na Casa são alinhados ao Planalto. É o caso da substituta de Fávaro, a senadora Margareth Buzetti (PP-MT), que faz parte da oposição.

A falta dos "nomes de peso" também influencia nas vice-lideranças do Senado. Como mostrou o Valor, muitos dos nomes escolhidos têm contrariado interesses do governo. Eles também não têm auxiliado Jaques Wagner em comissões setoriais, como é de praxe.

Alguns senadores governistas veem Alcolumbre com desconfiança - uma ala do PSD, inclusive, atua para apresentar um outro candidato na disputa. Além disso, ele tem feito acenos aos opositoristas e já recebeu sinalização favorável do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. No Planalto, o senador é visto como alguém imprevisível e com forte influência sobre as emendas parlamentares, o que deve aumentar ainda mais quando ele retornar ao comando da Casa.

Em 2021, na gestão Jair Bolsonaro, Alcolumbre seguiu por quase quatro meses a sabatina de André Mendonça na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), já presidida por ele à época. Indicado pelo então presidente em 3 de agosto para o STF, o

ministro "terrivelmente evangélico" só foi sabatinado pelos senadores em 29 de novembro.

A trava ocorreu em meio à insatisfação de Alcolumbre com a perda de controle sobre as emendas parlamentares, nos tempos do chamado "orçamento secreto".

As emendas também têm sido foco de disputa entre o governo Lula e o senador, embora sem um choque tão frontal quanto o que ocorreu na gestão passada.

Em março, o Valor revelou que, em alguns casos, Alcolumbre contempla opositores com as verbas liberadas pelo Planalto, sem expor ao governo quem são os beneficiários. A situação respingou no ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, como admitiu o próprio Wagner à época.

"Isso [divisão de emendas ser feita por Alcolumbre] não é nenhuma novidade. Eles viveram aqui por muito tempo assim. Parte das zangas com Padilha é isso", declarou o senador baiano. Procurado, Alcolumbre não se manifestou até o fechamento desta edição.

Para aliados, presidente deve "mexer no time" no início do próximo ano

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187928?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187928?page=1§ion=1)**